

Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP

Arthur Boscarol da Silva

Docente da Rede Pública de Ensino de São Paulo e do Instituto Federal de São Paulo,
Campus de Avaré
Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade
Estadual de Londrina
e-mail: arthurbss@gmail.com

Nelson Rodrigo Pedon

Professor Doutor do Curso de Geografia da UNESP, Campus de Ourinhos e do Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe
(TerritoriAL)/UNESP Campus de São Paulo
e-mail: nelson@ourinhos.unesp.br

Resumo

Atualmente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é adotado pela agricultura camponesa no município de Ourinhos, interior do estado de São Paulo, como uma forma de comercialização direta. Este programa incorpora duas diretrizes do governo federal: o fortalecimento da agricultura familiar, numa perspectiva territorial, enfocando a escala local, e a alimentação escolar. De maneira geral, o programa vem alcançando importantes resultados para a agricultura camponesa no município de Ourinhos, mesmo considerando que parte considerável dos alimentos é adquirida de produtores de outras regiões.

Palavras-chave: políticas públicas; agricultura camponesa; território; PNAE; Ourinhos-SP.

Abstract

Reproduction of the peasantry through public policies focused on family agriculture: the dynamics of the Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) in Ourinhos-SP

Currently, the Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) is adopted by peasant farming in the town of Ourinhos, state of São Paulo, as a form of direct commercialization. This program incorporates two guidelines from the federal government: strengthening family agriculture, a territorial perspective, focusing on the local scale, and school feeding. Generally, the program has achieved significant results for the peasant farming in the Ourinhos, even considering that a considerable part of the food is purchased from producers in other regions.

Keywords: public policies; peasant agriculture; territory; PNAE; Ourinhos-SP.

Resumen

La reproducción de los campesinos a través de políticas públicas centradas en la agricultura familiar: la dinámica del Programa de Alimentação Escolar Nacional (PNAE) en Ourinhos-SP

En la actualidad, el Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) es adoptado por la agricultura campesina en la localidad de Ourinhos, interior del estado de São Paulo, como una forma de comercialización directa. Este programa incorpora dos directrices del gobierno federal: el fortalecimiento de la agricultura familiar, una perspectiva territorial, con enfoque en el ámbito local, y la alimentación escolar. En general, el programa ha logrado resultados significativos para la agricultura campesina, mismo teniendo en cuenta que una parte considerable de los productos es adquiridos del productores de otras regiones.

Palabras clave: políticas públicas; agricultura campesina; territorio; PNAE; Ourinhos-SP.

Introdução

Neste texto, apresentamos os principais resultados relativos à pesquisa realizada nos anos de 2012 e 2013¹ e que teve como objetivo verificar a forma pela qual o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é adotado pela agricultura camponesa no município de Ourinhos, interior do estado de São Paulo. A política pública em questão é instituída pela Lei 11.947 de 2009, e tem como objetivo potencializar a aquisição de gêneros alimentícios produzidos pelas famílias camponesas prevendo a utilização de 30% do valor repassado aos municípios para o PNAE pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os alimentos adquiridos são utilizados na merenda das escolas do município.

O PNAE incorpora duas diretrizes do governo federal: o fortalecimento da agricultura familiar, numa perspectiva territorial, enfocando a escala local, e a alimentação escolar. O objetivo é abastecer a alimentação escolar com produtos de qualidade e criar uma nova possibilidade de comercialização direta dos produtos agrícolas sem a participação de atravessadores. Considerando sua perspectiva territorial, busca-se impactar de forma positiva a realidade rural numa escala local, beneficiando os agricultores camponeses do município e de sua região. A escala de ação do programa prioriza a aquisição na escala local, seguida da estadual, regional e nacional. O cumprimento desta última diretriz, como veremos, carrega uma contradição, uma vez que a comercialização de produtos que não são produzidos no município e nem na região são adquiridos em outros estados.

Antecedentes do PNAE

A criação do PNAE insere-se no contexto de surgimento das políticas públicas voltadas mais especificamente para a agricultura familiar², que tem início em 1996, com a

¹ Este texto é resultado da pesquisa de iniciação científica realizada junto ao Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Geografia da UNESP/Ourinhos.

² Em nosso entendimento, o termo “agricultura familiar” é adotado pelos proponentes das políticas públicas voltadas à produção camponesa. Dessa forma, adotaremos essa terminologia sempre que nos referirmos à abordagem institucional. O emprego da definição “agricultura familiar” é normatizado segundo a Lei 11.326/2006, que entende o agricultor familiar como àquele que pratica atividades no meio rural e atende os seguintes requisitos, simultaneamente: 1) propriedade de até quatro módulos fiscais 2) utilize predominantemente mão de obra familiar; 3) tenha percentual mínimo de renda familiar originada das atividades desenvolvidas na propriedade e; 4) dirija seu estabelecimento com sua família. Portanto, definimos aqui que os agricultores tratados neste trabalho são considerados camponeses, mesmo que seu parâmetro de definição seja a Lei 11.326/2006.

criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), este, criado em 2003, teve como quadro de referência o Programa Fome Zero. Com o PAA o governo federal tinha como foco combater a pobreza e a fome, e seus objetivos podem assim ser resumidos: 1) garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; b) contribuir para a formação de estoques estratégicos; c) permitir aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos; e, d) promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (CONAB, 2014). Vale destacar que o contexto de criação do PAA é marcado pelas orientações e recomendações dos organismos internacionais a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) quanto à segurança alimentar e à viabilidade da produção agrícola mediante incentivos à comercialização, destaca-se também a luta dos movimentos camponeses que há décadas demandam por políticas que viabilizem sua produção.

É importante destacar que o campesinato brasileiro busca espaço dentro das políticas públicas do governo brasileiro desde a década de 1950, para R. Hespanhol (2010, p. 561), de 1950 a 1980 [...] o Estado brasileiro caracterizou-se por seu caráter fortemente centralizador [...], criando políticas públicas visando o aumento da produtividade por meio da adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde focando a agricultura empresarial. Essas políticas foram elaboradas num enfoque setorial, baseado em determinados produtos, produtores e regiões.

A partir da década de 1990 tem-se início um conjunto de alterações por conta de uma nova conjuntura. O novo contexto de surgimento dessas políticas públicas também é reflexo da influência das políticas europeias³ na elaboração das políticas públicas brasileiras, perceptível através de uma mudança de perspectiva. Anteriormente, a destinação das políticas era para algum setor econômico, formando políticas de cunho setorial. Já na década de 1990, as políticas tomam um cunho territorial, buscando abarcar outros aspectos dos territórios e não apenas o econômico (HESPANHOL A., 2010; HESPANHOL R., 2010; SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005)

Considerando o exposto, as políticas de cunho territorial buscam ampliar a capacidade de inserção do campesinato em mercados até então inacessíveis. Contudo, a estratégia de implementação de políticas de abordagem territorial pelo governo federal, que, como vimos, remontam ao final da década de 1990, possuem objetivos mais amplos; como promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais⁴ que objetivem o incremento sustentável nos níveis de qualidade de vida da população rural. Para atingir tal meta, propõem-se: 1) o fortalecimento das redes sociais de cooperação dos territórios, com ênfase para aquelas que articulam assentados, agricultores familiares e populações tradicionais; 2) o planejamento e gestão social desses territórios; 3) iniciativas fomentadoras da diversificação e dinamização econômica e; 4) uma articulação entre várias políticas públicas, para que tal iniciativa alcance a multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável - econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental (MDA-SDT, 2004). Como resultado desse enfoque territorial tem-se a implementação, em todo o país, da instrumentalização dos territórios para fins de planejamento, partindo do princípio da possibilidade de conjugação harmônica das forças da sociedade local, que pela via da participação social seria capaz de minimizar e até mesmo eliminar suas divergências

³ A exemplo do programa LEADER (Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural), implementado pela União Europeia (ver Oliveira 2010).

⁴ A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) define o território rural como sendo um: [...] espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, em que se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2004, p.10). Sua criação segue a estratégia de “[...] apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas”. (BRASIL, 2004, p. 5). A SDT

internas tais como as assimetrias de poder, os interesses distintos (e ocultos), as desigualdades de renda e de capital dentre outros contra-sensos (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Zimmermann (2014), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) foi a política pública pioneira baseada na abordagem territorial, foi elaborado para atender áreas de elevado grau de pobreza rural, com um público específico, formado, basicamente, por agricultores familiares, assentados de reforma agrária e populações tradicionais. Como resultado tem-se a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC), incorporando outras políticas e programas. Esta abordagem territorial recebe críticas daqueles que consideram que os territórios criados pelo governo federal foram criados de “fora para dentro”, não envolvendo uma identidade ou uma de coesão social e cultural manifestada a partir de um território. Ao mesmo tempo, [...] *esses territórios não necessariamente têm a ver com os conceitos de território elaborados na geografia e na antropologia, pautados por relações de proximidade, sociais e culturais* (ZIMMERMANN, 2014: 10).

Para A. Hespanhol (2014), a adoção da abordagem territorial no Brasil tem como marco inicial o Programa Comunidade Ativa, criado no governo FHC no ano de 1999 para fomentar o desenvolvimento local de regiões menos dinâmicas com a implementação de planos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DELIS) (A. HESPANHOL, 2014). Considerando o governo federal, um conjunto de políticas públicas diferenciadas foi implantado com o objetivo de diminuir a pobreza no país, sobretudo a pobreza de camadas da população rural. Dentre elas, destacamos o PRONAF (e suas linhas: PRONAF Agroindústria, PRONAF Mulher e PRONAF Jovem), o PNRA, os Programas Territórios Rurais e Territórios da Cidadania e a universalização da aposentadoria rural, destacamos os programas de nosso interesse, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Marcos legais do PNAE

No plano federal, o PNAE possui uma gestão interministerial, envolvendo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Educação (MEC). No município, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é o órgão responsável pela fiscalização do PNAE de um modo geral. Sua composição, segundo a legislação, é de um representante do Poder Executivo; dois representantes de entidade de trabalhadores da educação, indicados pelos órgãos em assembleia e dois representantes de entidades civis organizadas. Nosso contato com o CAE foi mediado pelo seu presidente, o Sr. Geraldo Souza, indicado para o cargo por participar da igreja do bairro, sendo, juntamente com o vice-presidente, os participantes mais ativos do CAE. O Sr. Geraldo disponibilizou diversos documentos e relatou alguns fatos sobre o PNAE em Ourinhos/SP por meio de entrevistas.

A produção e venda dos gêneros alimentícios é de responsabilidade dos agricultores familiares que podem se organizar em grupos formais, constituídos de empreendedores familiares rurais, cooperativas ou associações. Ou também em grupos informais, apresentados à *Entidade Executora* por uma *Entidade Articuladora*. Na compra são as *Entidades Executoras*, representadas pelas secretarias estaduais, prefeituras ou escolas que recebem o dinheiro direto do FNDE. O atendimento do programa é voltado aos alunos da educação básica das redes públicas federal, estadual e do Distrito Federal.

As *Entidades Articuladoras* consistem nas instituições que articulam e assessoram a elaboração do Projeto de Venda dos agricultores familiares. Funcionam como entidades representativas da agricultura familiar, credenciadas pelo MDA e cadastradas pelo Sistema Brasileiro de Assistência Técnica Rural (Sibrater) e Sindicato de Trabalhadores Rurais e de Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf).

O FNDE como autarquia federal vinculada ao MEC, atua na coordenação da transferência de recursos para compra de gêneros alimentícios já o CAE, com caráter fiscalizador, tem como função zelar pela qualidade dos alimentos e cardápios oferecidos em ambiente escolar. Também é função do CAE emitir pareceres sobre a aprovação ou não do Programa, bem como comunicar aos órgãos de controle qualquer irregularidade na

execução do PNAE. A regulamentação do PNAE é expressa na Resolução/FNDE/CD/Nº 38, de 16 de julho de 2009. O Capítulo III trata dos participantes do programa, que são os seguintes: I – FNDE, responsável pela coordenação do programa e repasse de recursos financeiros; II – Entidade Executora, responsável pela execução do PNAE, inclusive com a complementação de recursos; III – Conselho de Alimentação Escolar, responsável pela fiscalização do programa; e IV – UEx, responsável pelo atendimento em sua unidade, quando delegado pelo estado ou município.

No que se refere à gestão do PNAE, sua definição se dá no Capítulo IV da Resolução 38, que garante que os estados podem delegar a responsabilidade do programa aos seus municípios, autorizando expressamente o repasse direto aos municípios, como ocorre no município de Ourinhos/SP. Por outro lado, a responsabilidade da estrutura física, dos recursos humanos e do atendimento às necessidades nutricionais, continua sendo do governo do estado, inclusive, mediante repasse financeiro, quando necessário.

Um importante princípio apontado pela resolução é o do desenvolvimento local, nitidamente expresso no Parágrafo 4, Artigo 18, que prevê a ordem de escalas que o programa deve seguir. Enfoca-se em primeiro lugar a escala local, seguida pela estadual, regional e nacional. Ainda para fortalecer essa ideia, há propostas de elaboração do cardápio segundo a produção agrícola familiar do local, bem como respeito às tradições culturais, contudo, este ponto não tem sido observado na execução do PNAE em Ourinhos.

Para a implantação do programa, os gestores municipais devem realizar um mapeamento dos produtos disponíveis no município. A responsabilidade nesta etapa é da Secretaria de Educação, que deve solicitar à Secretaria de Agricultura, à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural local e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, quando houver. Nesta etapa são definidos quais são os produtos, a quantidade e a época da colheita. Em seguida deve ser elaborado o cardápio. Sabendo a disponibilidade dos produtos do município ou região, os nutricionistas responsáveis devem elaborar o cardápio, utilizando de alimentos básicos e respeitando as necessidades nutricionais. A elaboração publicação da Chamada Pública é o próximo passo. Tal ação dispensa o processo licitatório na compra desses alimentos, quando advindos da agricultura familiar. As *Entidades Executoras* são responsáveis pela publicação da chamada, onde são especificados os alimentos e a quantidade que se interessa adquirir da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Com a elaboração do projeto da venda, os produtores familiares formalizam o interesse pela venda dos alimentos para alimentação escolar. Os produtores podem se organizar em grupos formais ou informais. A responsabilidade dessa etapa é dos próprios produtores, que necessitam da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para demonstrarem interesse. As *Entidades Executoras* ficam responsáveis pela seleção dos projetos, priorizando na seguinte ordem: município, região, território rural, estado e país. Também são prioridades os assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas e quilombolas. O limite de recursos para aquisição por DAP, em um ano, é de R\$ 9.000 (nove mil reais). Além disso, os produtores precisam conter condições fitossanitárias adequadas, atendendo a normatização dos órgãos responsáveis. Em seguida vem a assinatura de contrato, a definição do cronograma de entrega, a data de pagamento e todas as cláusulas de compra e venda. O documento necessita da assinatura da *Entidade Executora* e dos agricultores, sejam eles organizados formalmente ou não. Por fim, tem-se a execução. A entrega dos produtos deverá seguir o cronograma previamente planejado. Assim, os fornecedores e a entidade executora devem assinar os documentos que atestam a qualidade e a quantidade do produto entregue, bem como o pagamento feito aos produtores.

A aquisição deve ocorrer por Chamada Pública, na qual são definidos os produtos a serem adquiridos. Os produtos podem ser alterados quando aceito pelo contratante. Os Grupos Informais deverão ser cadastrados junto à Entidade Executora, através de uma Entidade Articuladora, que deve estar cadastrada no Sistema Brasileiro de Assistência e Extensão Rural (SIBRATER), responsável técnica pela elaboração do Projeto de Venda. A *Entidade Executora* deve assessorar a articulação do Grupo Informal com o ente público, não sendo responsável pelo grupo. Já no caso de Grupos Formais, estes precisam

apresentar o CNPJ ou a DAP Jurídica para associações e cooperativa, cópia de certidões negativas, cópias do estatuto e ata de posse e o projeto de venda. No caso de Ourinhos/SP, o trabalho da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura (SMMAA) foi essencial para organização e participação dos agricultores familiares no programa. Num primeiro momento como Grupo Informal e depois como Grupo Formal.

O Artigo 23 da resolução trata da forma de cálculo dos preços a serem praticados pelas Entidades Executoras, os Preços de Referência, o qual é praticado no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Quando não houver o preço estabelecido pelo PAA, o Preço de Referência deve ser calculado de duas maneiras. A primeira, quando o valor da chamada pública for de até R\$ 100.000,00 por ano, o preço calculado terá como base os preços pagos por três mercados varejistas, priorizando a feira do agricultor familiar e os preços de venda para o varejo, no mercado local ou regional. A segunda é quando o valor da chamada pública for igual ou superior a R\$ 100.000,00 por ano. Neste caso, será calculada a média dos preços praticados no mercado atacadista nos últimos doze meses; preços apurados em listas de compras de alimentos realizados pela entidade executora e os preços vigentes em três mercados atacadistas locais ou regionais. No caso estudado, os preços são a média dos preços de três mercados varejistas do município e do preço praticado pelos agricultores familiares.

No caso de mais de um participante na Chamada Pública, seja em Grupo Formal ou Informal, deve-se priorizar o fornecedor de âmbito local, desde que os preços e as condições sejam compatíveis. Além disso, as entidades executoras deverão comprar diretamente dos Grupos Formais, quando o valor da chamada for maior de R\$ 100.000,00 por ano. Quando o valor for menor, a ordem deve ser o Grupo Formal e depois o Grupo Informal. O artigo 23 também trata do valor máximo por agricultor familiar. Num primeiro momento, segundo a legislação de 2009, o valor máximo por DAP por ano era de R\$ 9.000,00. Após a Resolução 25, de 4 de julho de 2012, o valor é alterado para R\$ 20.000,00

O controle de qualidade é de responsabilidade da *Entidade Executora*, que deve zelar pela qualidade, transporte, estocagem, preparação e manuseio, com as condições higiênicas e sanitárias adequadas. Além disso, deverão ser aplicados testes de aceitabilidade aos alunos.

A execução do PNAE em Ourinhos

O município de Ourinhos/SP localiza-se na porção sudoeste do estado de São Paulo. Segundo Silveira et al. (2011), o surgimento do município está ligado à expansão da ferrovia e da economia cafeeira e à sua localização privilegiada, sendo caminho do extremo oeste paulista e entrada da porção norte do Paraná. Essas condições possibilitaram sua formação, confirmada com a chegada do transporte rodoviário, como um “[...] *nó de sistemas de transportes [...]*” (SILVEIRA et al. 2011, p. 11). O município possui destaque regional possuindo um conjunto de empreendimentos comerciais, de serviços e industriais. Atualmente, o município de Ourinhos conta com 103.035 habitantes, dos quais 100.374 são residentes de áreas urbanas e 2.661 das áreas rurais (IBGE, 2010). Na paisagem rural do município predomina a plantação de cana-de-açúcar, no entanto, esta não é a atividade responsável pela maior parte Produto Interno Bruto (PIB) do mesmo. Segundo os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB municipal é basicamente gerado pelo setor de serviços (R\$ 1.206.435,00), seguido pelo setor da indústria (R\$ 340.980,00) e pelo setor agropecuário (R\$ 42.279,00).

A aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar tem início no ano de 2010, mais especificamente em julho, com a primeira Chamada Pública. Os primeiros documentos que tivemos acesso tratam do período do final do ano de 2009, quando os responsáveis foram notificados sobre o programa e começaram a se organizar, através de reuniões e ofícios informando os responsáveis pelo programa.

Como a responsabilidade da execução do PNAE é da Prefeitura, no caso de Ourinhos/SP, busca-se, num primeiro momento, uma articulação entre as secretarias da Prefeitura Municipal de Ourinhos (PMO). O Setor de Nutrição, mais especificamente a Gerência de Alimentação Escolar, tem responsabilidade primordial no contexto do projeto, uma vez que esta elabora o cardápio das escolas públicas do município. O cardápio prevê as quantidades de cada produto utilizado para alimentação escolar de forma aproximada.

Com a elaboração do cardápio, a equipe do Setor de Compras, responsável pela elaboração da chamada pública pode estipular quais os produtos, as quantidades e o período de validade de cada chamada. Tais informações são essenciais para os candidatos à chamada, pois estes elaboram um projeto de venda específico para cada chamada.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura (SMMAA), já na chamada de 2010, dá início ao diálogo com os produtores da Associação de Produtores do Bairro Ribeirão Grande, incentivando a organização para participação do programa. Segundo o Chefe de Abastecimento e Produção Rural, os agricultores tinham receio de trabalhar junto à Prefeitura, constando apenas 6 agricultores na primeira chamada. Assim, cada chamada pública tem especificado os produtos, os quais permitem ou não a participação dos produtores. É interessante notar que este fato é responsável pela participação das cooperativas da Região Sul, por exemplo. Ao abrir uma chamada pública para aquisição de produtos estocáveis, como arroz, por exemplo, sabe-se que na região de Ourinhos/SP não há produção significativa desse alimento. Segundo relatos do CAE, em uma das chamadas foi priorizado os seguintes produtos: mandioca, salsa (mandioquinha), produto com pouca produção na região, ao contrário da mandioca comum, com produção significativa na região. Para o presidente do CAE, isto ocorreu para beneficiar as distribuidoras de alimentos que trabalham com a prefeitura.

O projeto de venda é enviado ao Setor de Compras, que analisa a documentação e os preços, os quais devem ser compatíveis com os constantes na chamada pública e são baseados na pesquisa de mercado (média do preço praticado por três mercados varejistas e o preço praticado pelos agricultores familiares). É interessante notar que não há um registro dos agricultores ou Grupos Formais participantes. Devem ser apresentados os documentos novamente a cada chamada pública. Segundo o Gerente de Compras e Licitação, isto ocorre por conta de alguns documentos expedidos terem validade inferior ao tempo das chamadas, como as certidões negativas de débito. Assim, os interessados devem reenviar os documentos entregues em chamadas anteriores.

Conforme prevê a legislação, os agricultores são responsáveis pela entrega dos produtos, que é realizada diariamente, diretamente em cada unidade escolar. Atualmente, segundo informações da SMMAA, os agricultores já têm essa logística organizada, onde cada produtor tem o seu setor. Além disso, contam com auxílio da PMO, que disponibiliza um veículo para entregas nos bairros mais distantes. No entanto, também é importante notar que este fator é um dos responsáveis por alguns produtores de Ourinhos/SP não trabalharem com o programa.

Segundo considerações da SMMAA e do Presidente da Associação, o programa evoluiu em questão de organização (elaboração de chamadas públicas e cronograma de entregas) e valores praticados pela PMO, principalmente após a mudança dos valores máximos por DAP/ano. O Presidente da Associação considera que os associados venderiam mais se a legislação permitisse, pois o programa garante renda fixa durante a vigência do contrato.

Chamadas Públicas

As Chamadas Públicas são um mecanismo de aquisição de bens ou serviços utilizados por entidades públicas. No caso da agricultura familiar, constam os valores, as especificações e as quantidades necessárias de alimentos durante a vigência do contrato. São documentos de extrema importância na análise da política, pois é a base para os projetos de venda. A primeira chamada pública do município de Ourinhos/SP ocorre no ano

seguinte à implementação do programa, em junho de 2010. Os agricultores participantes não tinham uma associação ou organização adaptada às exigências legais do programa, e, portanto, deram entrada como Grupo Informal, categoria prevista pelo programa. A formação do grupo teve assessoria da SMMAA de Ourinhos/SP, no que toca à questão da documentação e participação do programa. Para habilitação no programa, os agricultores entregaram seus documentos específicos: Cadastro de Pessoa Física; Declaração de Aptidão ao Pronaf; e uma Declaração de Cumprimento das Normas da Vigilância Sanitária (expedido pela própria prefeitura). Juntamente com estes, o projeto de venda específico para o atendimento da chamada também foi entregue. Neste documento, elaborado pelo SMMAA, constam os agricultores participantes, os produtos, as quantidades e os valores por unidade e total de cada produto e produtor.

O projeto de venda da Chamada 03/2010 contou com seis agricultores participantes, todos residentes do município de Ourinhos. Seguem os valores na tabela abaixo:

Quadro 01 – Agricultores Participantes, Valores e Produtos Mais Custosos: Chamada Pública 03/2010

Chamada Pública 03/2010		
	Valores	Produtos mais custosos
Agricultor 1	R\$ 6.978,15	Chicória, Couve
Agricultor 2	R\$ 755,80	Mandioca
Agricultor 3	R\$ 3.938,24	Alface, Couve
Agricultor 4	R\$ 4.720,56	Tomate molho e tomate salada
Agricultor 5	R\$ 1.392,54	Abóbora paulista e pepino
Agricultor 6	R\$ 8.588,23	Cenoura e banana nanica
Valores totais	R\$ 26.373,52	

Fonte: Projeto de Venda – PMO.

A segunda chamada pública, realizada ainda em 2010, ocorreu no mês de setembro, para abastecimento dos meses seguintes, de outubro a dezembro do mesmo ano. Nesta chamada o grupo de participantes ainda é informal, sendo auxiliado pela SMMAA de Ourinhos/SP. Houve um aumento considerável de participantes, praticamente triplicando os agricultores (e também o valor total). Acreditamos que isto decorre tanto do sucesso da outra chamada como da abertura de novos produtos nesta chamada pela PMO. Vale ressaltar que os seis primeiros produtores desta chamada são os mesmos da chamada 03/2010. É notável a troca dos produtos mais custosos e a busca de alguns produtores pelo máximo permitido por DAP/ano, que no período chegava a R\$ 9.000. Lembramos que entendemos por produtos mais custosos aqueles que tiveram maior custo dentro do projeto de venda em relação ao valor total por agricultor ou grupo formal. Exemplo: em um projeto de R\$ 5.000,00 foram gastos R\$ 3.000,00 em tomate e o resto em alface, banana, mandioca e feijão. Neste caso, produto mais custoso é o tomate.

Quadro 02 – Agricultores Participantes, Valores e Produtos Mais Custosos: Chamada Pública 05/2010

Chamada Pública 05/2010

	Valores	Produtos mais custosos
Agricultor 1	R\$ 2.020,31	Abóbora e chuchu
Agricultor 2	R\$ 1.465,18	Mandioca e limão
Agricultor 3	R\$ 806,36	Cheiro verde
Agricultor 4	R\$ 3.423,63	Tomate molho e tomate salada
Agricultor 5	R\$ 4.119,80	Tomate molho e tomate salada
Agricultor 6	R\$ 411,84	Banana nanica
Agricultor 7	R\$ 8.998,53	Banana nanica e abobrinha
Agricultor 8	R\$ 4.101,30	Ovo
Agricultor 9	R\$ 1.431,21	Cheiro verde
Agricultor 10	R\$ 7.176,36	Tomate molho e tomate salada
Agricultor 11	R\$ 8.998,59	Banana nanica e cenoura
Agricultor 12	R\$ 8.998,45	Banana nanica e cenoura
Agricultor 13	R\$ 2.940,00	Ovo
Agricultor 14	R\$ 7.099,80	Tomate molho e tomate salada
Agricultor 15	R\$ 803,36	Cheiro verde
Agricultor 16	R\$ 804,84	Cheiro verde
Agricultor 17	R\$ 3.427,78	Pepino e abobrinha
Agricultor 18	R\$ 643,68	Cheiro verde
Agricultor 19	R\$ 8.993,64	Banana nanica
Valores totais	R\$ 76.664,66	

Fonte: Projeto de Venda – PMO.

A partir da chamada 02/2011, realizada em fevereiro de 2011, há uma mudança significativa no processo venda dos gêneros alimentícios pelos produtores de Ourinhos/SP. Os produtores procuram regularizar uma antiga associação, chamada de Associação dos Produtores Rurais do Bairro Ribeirão Grande, com auxílio da SMMAA. Com a DAP Jurídica regularizada, fica mais simplificada a elaboração do projeto de venda e a apresentação dos documentos, visto que estes voltam a ser apresentados a cada chamada pública. A associação conta com 58 associados, dos quais 52 são caracterizados como agricultores familiares. Diferente dos outros grupos formais participantes, a Associação dos Produtores Rurais do Bairro Ribeirão Grande não apresenta em seus projetos de venda os nomes dos participantes. Assim, não é possível saber a quantidade total dos participantes. No entanto, podemos inferir que participaram no mínimo 17 agricultores, tomando os valores permitidos por DAP/ano de R\$ 9.000,00.

Quadro 03 – Grupo Formal Participante, Valor e Produtos Mais Custosos: Chamada Pública 02/2011

Chamada Pública 02/2011

	Valor	Produtos mais custosos
Ass. dos produtores do Bairro Ribeirão Grande	R\$ 146.242,62	Banana nanica, ovo, tomate molho e tomate salada

Fonte: Projeto de Venda – PMO.

A segunda chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura

familiar de 2011 funcionou basicamente como a anterior. Apenas participaram os produtores de Ourinhos/SP, através da Associação dos Produtores Rurais do Bairro Ribeirão Grande. Nesta, participaram cerca de quatorze agricultores e o valor foi de 124.699,27 segundo a PMO. A Chamada Pública 04/2011 se diferencia pela participação de grupos de fora do estado e região em que se encontra o município de Ourinhos/SP. Trata-se da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), que vende produtos da marca Terra Livre, orgânicos. A cooperativa conta com 1227 associados, dos quais 1075 são reconhecidos como agricultores familiares segundo informações da DAP Jurídica. Sua sede é no município de Eldorado do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. A outra cooperativa participante é a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste, com sede no município de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina. Para o atendimento de chamada pública específica, as cooperativas venderam apenas três produtos, sendo estes; arroz orgânico (COOTAP), leite integral e bebidas lácteas (Cooperativa do Extremo Oeste).

Quadro 04 – Grupos Formais Participantes, Valores, Produtos Mais Custosos e Número de Participantes: Chamada Pública 04/2011

Chamada Pública 04/2011

	Valores	Produtos mais custosos	Participantes
Coop. Reg. Extremo Oeste	R\$ 53.628,00	Leite e bebida láctea	7
COOTAP	R\$ 34.380,00	Arroz Orgânico	4
Valores Totais	R\$ 88.008,00		

Fonte: Projeto de Venda – PMO.

A Chamada Pública 05/2011 é praticamente direcionada para os três produtos que entram no projeto de venda. A única cooperativa participante é a Cooperativa e Produção e Consumo Familiar Nossa Terra Ltda., com sede no município de Erechim, Rio Grande do Sul. A cooperativa possui 3010 associados, sendo que apenas oito participaram desta chamada pública, com valor de R\$ 65.881,00, sendo que os produtos com maior valor foram feijão, macarrão e biscoito. A Chamada Pública 01/2012 apresenta uma configuração diferente, levando em conta o número de cooperativas participantes, todas da Região Sul21 do Brasil, vendendo praticamente os mesmos produtos (reflexo também da especificação da chamada pública). A Cooperativa de Agricultores Familiares (COAFAM) com sede em Gravataí, Rio Grande do Sul. Assim como as outras cooperativas, a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda. também tem sede no Rio Grande do Sul, em Nova Palma. Já a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda., com sede no município de Querência do Norte, Paraná. A Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra Ltda. possui sede em Erechim, também no Rio Grande do Sul e conta com 3010 associados, sendo 2736 reconhecidos como agricultores familiares pelo SAF.

Quadro 05 – Grupos Formais Participantes, Valores, Produtos Mais Custosos e Número de Participantes: Chamada Pública 01/2012

Chamada Pública 01/2012

	Valores	Produtos com maior valor	Participantes
Coop. Nossa Terra	R\$ 286.370,00	Arroz, leite, bebida láctea e macarrão	36
COAFAM	R\$ 177.840,00	Arroz, leite, feijão e macarrão	22
Coop. Avante	R\$ 67.200,00	Arroz	6
Coop. Nova Palma	R\$ 260.218,00	Arroz, leite, feijão e óleo	37
Total	R\$ 791.628,00		

Fonte: Projeto de Venda – PMO.

A Chamada Pública 02/2012 conta com a participação de dois grupos formais já participantes em outras chamadas. A Associação dos Produtores do Bairro Ribeirão Grande, do município de Ourinhos e a Cooperativa Nossa Terra, de Erechim, Rio Grande do Sul.

Quadro 06 – Grupos Formais Participantes, Valores, Produtos Mais Custosos e Número de Participantes: Chamada Pública 02/2012

Chamada Pública 02/2012			
	Valores	Produtos com maior valor	Participantes
Ass. Dos produtores do Bairro Ribeirão Grande	R\$ 151.351,47	Tomate molho e salada, banana nanica e alface	-
Coop. Nossa Terra	R\$ 352.241,96	Arroz, suco, leite e macarrão	45
Valores Totais	R\$ 503.593,43		

Fonte: Projeto de Venda – PMO.

A Chamada Pública 03/2012 contou com a participação de quatro cooperativas, três das quais já haviam participado do processo de compra no município de Ourinhos. A nova integrante, Cooperativa Central Gaúcha Ltda se localiza no município de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. É interessante notar que esta última é a maior cooperativa que já participou do programa em Ourinhos/SP. Segundo seu *site* oficial⁵ (que possui também versão em inglês), a cooperativa é composta por diversas outras cooperativas gaúchas, possuindo 171.000 agricultores associados. Ao buscar o Extrato da DAP Jurídica, o *site* do MDA apresenta as 17 cooperativas participantes, mas não apresenta o número de agricultores e a proporção de agricultores familiares.

Quadro 07 – Grupos Formais Participantes, Valores, Produtos Mais Custosos e Número de Participantes: Chamada Pública 03/2012

Chamada Pública 03/2012			
	Valores	Produtos com maior valor	Participantes
COAFAM	R\$ 239.970,00	Arroz, feijão, macarrão e suco	16
Coop. Avante	R\$ 57.600,00	Arroz	7
Coop. Extremo Oeste	R\$ 79.096,00	Leite e bebida láctea	10
Coop. Central Gaúcha	R\$ 57.268,32	Leite	8
Valores Totais	R\$ 433.934,32		

Fonte: Projeto de Venda – PMO.

Na Chamada Pública 04/2012 há a participação dos Associados do município de Ourinhos/SP e também de uma cooperativa do município de Itapeva/SP. Entre todas as chamadas, talvez esta tenha sido a mais problemática, pois, segundo informações do Gerente de Compras e Licitação, a Coopeva realizou entrega dos produtos, alegando que não teria mais interesse com os preços praticados no contrato. Desse modo, a cooperativa foi impedida de participar por dois anos de qualquer processo de compra da PMO. É interessante lembrar que a partir dessa chamada os valores máximos por DAP/ano já estão modificados para R\$ 20.000,00.

⁵ <http://www.ccgl.com.br>.

Quadro 08 – Grupos Formais Participantes, Valores, Produtos Mais Custosos e Número de Participantes: Chamada Pública 04/2012

Chamada Pública 04/2012				
	Valores		Produtos com maior valor	Participantes
Ass. Ribeirão Grande	R\$	88.003,34	Tomate molho e salada, alface e cheiro verde	13
Coopeva	R\$	142.796,00	Maçã, banana nanica e tomate molho	14
Total	R\$	230.799,34		

Apesar de serem documentos essenciais, os projetos de venda, em sua maioria, não são realizados como previstos. É comum que os valores dos relatórios não coincidam com os valores totais dos projetos de venda, isso ocorre porque nem sempre o que é previsto de ser comprado pela PMO é de fato adquirido. Ao consultar o Gerente de Compras e Licitação, este apenas informou que os projetos nem sempre se realizem, por motivos diversos, como mudança no cardápio ou redução da demanda. O Chefe de Abastecimento e Produção Rural afirmou coisa parecida, e explicou essas diferenças fazendo referência às mudanças no calendário escolar e frequência dos alunos. Mesmo com estas considerações e com todas as mudanças documentadas, entendemos que os valores são muito discrepantes.

As justificativas apresentadas pelos entrevistados quando comparadas com a realidade escolar do município não são suficientes para explicar as discrepâncias nos documentos. Justificativas como as alterações realizadas no calendário escolar são discutíveis, pois estas alterações são incomuns, uma vez que este é previsto antes do início do ano letivo, inclusive com os dias de planejamento e outras reuniões. Outra justificativa é a variação na frequência dos alunos, algo de difícil previsão, mas com algumas situações comuns à maioria dos anos, como a redução da frequência nas épocas dos finais de semestre (junho e dezembro), sendo possível um planejamento do cardápio de forma mais adequada. Deste modo, mesmo que levemos em conta todas essas variáveis, consideramos ser improvável que os motivos sejam capazes de responsabilizar as alterações dos valores. No ano de 2012, por exemplo, o previsto pelos projetos de venda era de R\$ 1.959.955,50 e na realidade foram gastos apenas R\$ 622.770,39. Vale ressaltar que no ano de 2012 a Coopeva não realizou as entregas dos produtos por discordar dos preços que haviam sido acordados na chamada, sendo proibida de participar de licitações e chamadas públicas da PMO por dois anos.

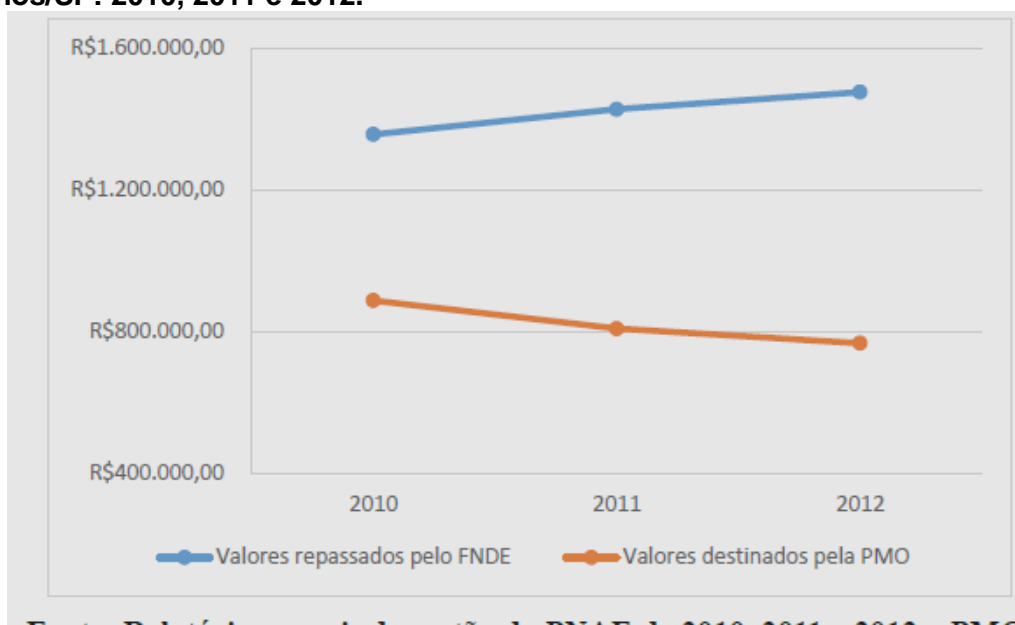
Relatórios anuais de gestão e os demonstrativos anuais sintéticos

Além das chamadas públicas e dos projetos de venda, outros dois documentos foram de extrema importância para análise do PNAE, são eles: os relatórios anuais de gestão e os demonstrativos anuais sintéticos. Ambos os documentos possuem uma análise geral da execução do programa durante o ano. O relatório é um documento enviado ao FNDE, com vistas de declarar o funcionamento do programa. Os demonstrativos vão em anexo ao relatório e trazem os valores recebidos pelo FNDE e os gastos realizados pela prefeitura, discriminados por cada nível da educação. A relação de valores gastos com a agricultura familiar consta nos dois documentos. As porcentagens destes valores em relação ao repassado pelo FNDE não coincidem, motivo pelo qual constatamos alguns valores diferentes ao longo da pesquisa. Assumimos os valores absolutos como os que constam no relatório, uma vez que este é o documento oficial declarado para o FNDE e que resume o custo do PNAE para a PMO. Já como valores relativos, realizamos os cálculos e utilizamos os valores obtidos.

No ano de 2010, o programa em Ourinhos atendeu 21.732 alunos da rede municipal e estadual. O repasse do FNDE foi no valor de R\$ 1.356.360,00 e a contrapartida da Prefeitura foi de R\$ 887.157,50, totalizando R\$ 2.243.517,50. O valor gasto com a agricultura familiar foi de R\$ 102.192,03, atingindo 7,55% do valor repassado pelo FNDE, não atingindo a cota prevista pelo programa. O texto não justifica o não atendimento dos 30%. Já em 2011, o número de alunos é de 20.605, contando alunos da rede municipal e estadual. O FNDE repassou a quantia de R\$ 1.427.460,00, que foi somada à contrapartida da prefeitura, de R\$ 807.894,91, atingindo o valor de R\$ 2.235.354,91. Neste ano o gasto com aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar foi de R\$ 291.670,51. Apesar de quase triplicar o valor, o relatório alega que apenas atingiram 19,75% dos fundos repassados pelo FNDE. No entanto, ao realizar os cálculos, chegamos ao valor de 20,43%. Novamente não há justificativas para o não atendimento do valor de 30%.

No ano de 2012 o número de alunos foi de 21.324, contando as redes municipal e estadual. O valor repassado pelo FNDE foi de R\$ 1.476.048,00 e a contrapartida da prefeitura foi de R\$ 766.345,20. No total, o valor disponível para o programa foi de R\$ 2.242.393,20. O gasto com alimentos da agricultura familiar supera os outros dois anos, chegando a R\$ 622.770,39, atingindo, segundo o relatório, o percentual de 36,45. Segundo cálculos realizados o valor também não confere, assim como 2011, atingindo 42,19% dos valores repassados pelo FNDE. Este ano é o primeiro em que o município atinge valor maior do que o definido pela legislação. Este fato coincide com a participação das cooperativas da Região Sul do Brasil, solução encontrada pela PMO para atingir a meta. Conforme visto anteriormente, os produtos comercializados com essas cooperativas são estocáveis, como leite, arroz, feijão e macarrão. Os produtos são básicos à alimentação da clientela e tem a facilidade de serem consumidos pela grande maioria dos alunos. Além disso, é demandada grande quantidade, atingindo facilmente o valor necessário. Considerando o gráfico 01, que apresenta os valores repassados pelo FNDE para o PNAE, podemos perceber o aumento da verba repassada pelo Governo Federal, através do FNDE, e a redução da verba utilizada pela PMO. Apesar do número de alunos não ter variado de forma significativa, os valores repassados pelo FNDE aumentam por conta da variação do número de alunos por nível da educação. Lembrando que os valores por nível são diferentes, conforme visto anteriormente.

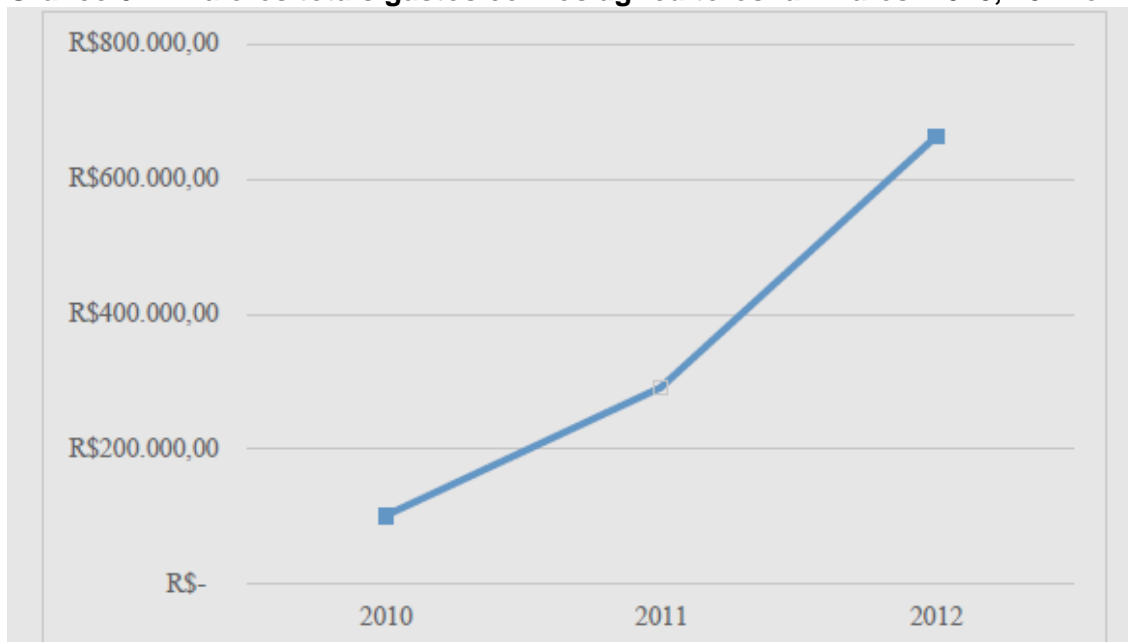
Gráfico 01 – Valores Repassados por Entidade para o PNAE no Município de Ourinhos/SP: 2010, 2011 e 2012.



O Gráfico 02 mostra um avanço significativo dos valores absolutos gastos com a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Conforme também consta no

quadro 07, podemos perceber que os valores são triplicados em 2011 e duplicados em 2012. Como principal fator, consideramos a participação das cooperativas agrícolas da Região Sul do Brasil, fornecedoras de alimentos estocáveis para o PNAE.

Gráfico 02 – Valores totais gastos com os agricultores familiares: 2010, 2011 e 2012.



Fonte: Relatórios anuais de gestão do PNAE de 2010, 2011 e 2012 – PMO.

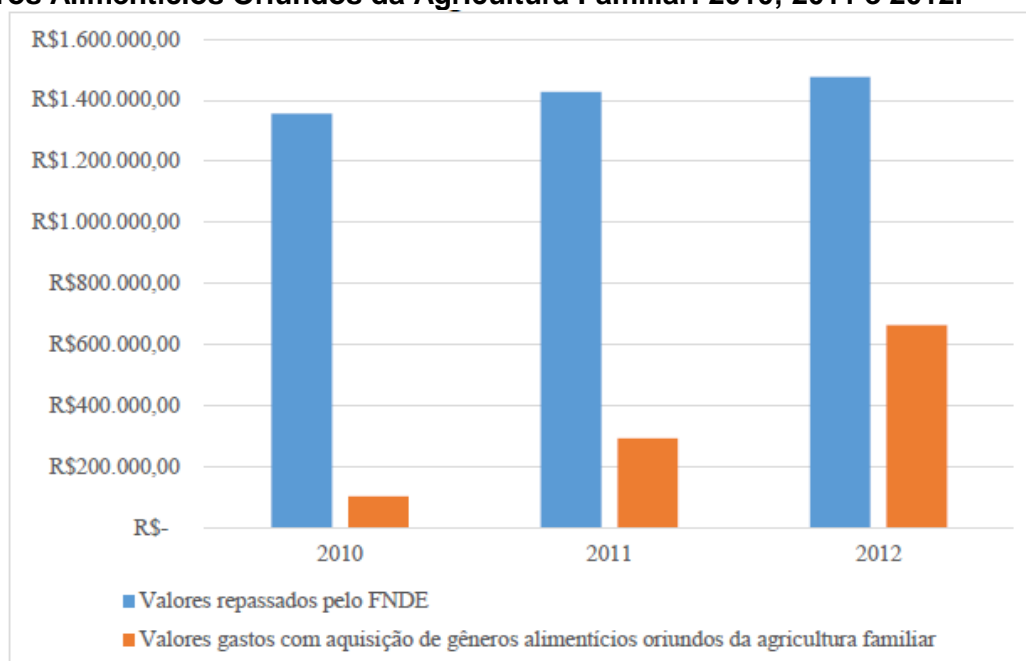
Quadro 07 – Evolução dos Valores Utilizados para Execução do PNAE no Município de Ourinhos/SP nos Anos de 2010, 2011 e 2012, Divididos por Entidade e Uso para Agricultura Familiar.

Evolução dos valores utilizados para Execução do PNAE - 2010, 2011, 2012					
Ano	PNAE			Agricultura familiar	
	FNDE	Prefeitura	Total	Absoluto	Porcentagem
2010	R\$ 1.356.360,00	R\$ 887.157,50	R\$ 2.243.517,50	R\$ 102.192,03	7,53
2011	R\$ 1.427.460,00	R\$ 807.894,91	R\$ 2.235.354,91	R\$ 291.670,51	20,43
2012	R\$ 1.476.048,00	R\$ 766.345,20	R\$ 2.242.393,20	R\$ 662.770,39	44,90

Fonte: Relatórios Sintéticos Anuais e Relatórios Anual de Gestão – PNAE – PMO.

No Gráfico 03, podemos ver a evolução dos valores repassados pelo FNDE e dos valores gastos com aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Podemos ver que há um aumento considerável do valor gasto com a agricultura familiar, que supera o crescimento dos valores repassados pelo FNDE. Segundo informações da SMMAA, os valores gastos com a agricultura familiar continuaram crescendo, passando os 50% em relação ao repassado pelo FNDE.

Gráfico 03 – Valores Repassados pelo FNDE e Valores Gastos com Aquisição de Gêneros Alimentícios Oriundos da Agricultura Familiar: 2010; 2011 e 2012.



Fonte: Relatórios anuais de gestão do PNAE de 2010, 2011 e 2012 – PMO.

Os valores absolutos gastos com produtos oriundos da agricultura familiar e, principalmente, os relativos, nos permitem concluir que há um avanço no programa ao longo dos anos. Além dos dados, também consideramos para nossa conclusão as entrevistas realizadas durante o trabalho, que concordam no que diz questão à evolução do programa e seus benefícios para os agricultores. Mesmo que a maior parte do valor não esteja sendo gasto na região de Ourinhos/SP, os valores gastos com a associação aumentaram e geram benefícios. Os dados dos relatórios nos permitem ter um panorama geral dos valores que vêm sendo repassados à PMO e utilizados no PNAE.

Considerações Finais

A evolução do programa de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar em Ourinhos/SP, por meio do PNAE, nos permite concluir que o programa permitiu uma maior organização dos pequenos produtores e uma maior inserção dos mesmos no mercado. Apesar de alguns problemas notados, como a escolha de alguns produtos não produzidos na região, problemas de abastecimento e elaboração de chamadas públicas, relatados pelo CAE, o programa atinge os valores exigidos pela legislação: 30% dos valores repassados pelo PNAE. Mesmo que a maioria dos valores não seja utilizada na compra de produtos produzidos no município, temos que considerar que a legislação permite a compra em outras localidades e regiões, assim, o programa possibilita o desenvolvimento da agricultura familiar também em outras áreas.

Podemos considerar que este fato constitui uma contradição entre a proposta e a implementação da política pública. Uma vez que a PMO adquiriu parte significativa dos produtos em outras regiões. A PMO poderia ter procurado outro caminho presente na legislação, que seria a adequação dos cardápios à produção local, ou então, realizar, através da SMMAA ou da CATI, um trabalho de incentivo à produção de alguns alimentos que poderiam ser utilizados na alimentação escolar. Apesar disso, não podemos desconsiderar que o programa é realizado e ampliou a participação de produtores locais.

É interessante notar que os agricultores participantes da Região Sul são muito bem organizados em cooperativas, algumas delas com considerável capacidade de

beneficiamento e industrialização de seus produtos. Em outro caso, ainda é notável a participação no comércio exterior, possuindo, inclusive, *site* redigido em língua inglesa.

Em entrevista com presidente da associação do município, este relatou que o programa traz acréscimos significativos de renda para os produtores. Principalmente após o reajuste dos valores para R\$ 20.000,00 por agricultor, com chamadas que duram meses, havendo, portanto, uma nova possibilidade de renda fixa, com preços compatíveis aos executados pelo mercado. O entrevistado ainda considera que os agricultores venderiam mais se a legislação permitisse. Consideramos, conforme aponta Oliveira (2007), que, neste caso, o Estado atua como agente que possibilita a reprodução do campesinato, criando uma nova fonte de renda.

O CAE, composto por voluntários, relacionados ou não com a educação, acaba por ter uma composição heterogênea e a participação de poucos conselheiros. Percebemos a participação ativa de dois conselheiros, presidente e vice-presidente, que praticamente direcionavam as ações do CAE. As melhorias ocorridas nas chamadas públicas são resultado da fiscalização por eles exercida, que apontou falhas nos documentos.

A SMMAA, o Setor de Compras e Licitações, o CAE e o Setor de Nutrição confirmaram que o governo federal não instruiu nenhuma entidade pública no funcionamento do programa. Entendemos que a instrução facilitaria o funcionamento do programa de forma uniforme, mesmo observando que nenhum dos mecanismos utilizados para aquisição de alimentos da agricultura familiar era desconhecida pelos gestores e funcionários da PMO. O relato do Presidente da Associação, junto com o do Chefe de Abastecimento e Produção Rural da SMMAA, permite concluir que o programa vem sendo motivo de melhoria nas condições de vida dos agricultores.

As considerações do Presidente da Associação são muito semelhantes ao da SMMAA, secretaria que acompanhou e auxilia na participação do programa desde 2010. O programa permitiu incremento de renda, certa estabilidade, possibilidade de planejamento, acesso a financiamentos, organização da associação, aumento e diversificação de produção. O presidente do CAE também confirmou que a produção agrícola conta basicamente com trabalho familiar, pois não compensa contratar pessoal, que, segundo ele, não trabalham bem e custam muito. Também relatou que a maioria dos participantes do programa vendia e ainda vende para empresas particulares (restaurantes e mercados principalmente). O valor praticado pelo programa é semelhante, e, muitas vezes, acima do que vendem para o mercado. Em suma, concluiu que a saída do atravessador contribuiu para os agricultores, mesmo considerando que alguns produtores foram contatados e não quiseram participar do programa.

Referências

ANDRADE, M. C. **Agricultura & Capitalismo**. 1ª Ed. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979. 115 p.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em 18 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução/CD/FNDE Nº-38, de 16 de julho de 2009. Disponível em <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/RES38_FNDE.pdf>. Acesso em 18 jun. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos

Agrários e Desenvolvimento Rural/NFAD, 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura pecuária e Abastecimento. **CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento**, 2010. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/>

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Brasília: IBGE, Rio de Janeiro, 2011.

HESPANHOL, A. N. Da “revolução verde” ao desenvolvimento territorial. In: SANT’ANNA NETO, J. L.; SPOSITO, E. S. (Org.) **Uma Geografia em Movimento**. 1ª Ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010. p. 583-598.

_____. Manutenção e reprodução da pobreza rural no Brasil e o desafio da sua superação por meio de políticas públicas. **Campo –território. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-17, jun., 2014.**

HESPANHOL, R. A. M. Trajetória recente das políticas direcionadas ao meio rural brasileiro. In: SANT’ANNA NETO, J. L.; SPOSITO, E. S. (Org.) **Uma Geografia em Movimento**. 1ª Ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010. p. 561-582.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA, São Paulo, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan/jun 2008.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4ª Ed. Petrópolis: Ed.Vozes, 1990 [1981]. 185 p.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: Mapa da Produção Acadêmica**. Brasília: MDA, 2006. 200 p.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: _____; MARQUES, M. I. M. (Org.) **O Campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. p. 3-65. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2001. 164 p.

OLIVEIRA, A. R. (2010). O associativismo na região do pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. (Tese de Doutorado). Pres. Prudente: FCT/Unesp, (p. 209).

PAULINO, Eliane. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 1ª Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. p. 19-64.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Edunesp, 2013.

SCHNEIDER, S. e TARTARUGA I. G. P. Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural. **Jornadas de intercambio y discusión: el desarrollo rural en su perspectiva institucional y territorial**. Buenos Aires: FLACSO – Argentina – Universidad de Buenos Aires/CONICET, junho de 2005. p. 1-25.

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (Orgs.) **História Econômica do**

Brasil Contemporâneo. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 227-250.

VELOSO, F. **Políticas Públicas no município de Junqueirópolis (SP):** O PRONAF e o PAA. 221 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

ZIMMERMANN, Silvia A. A abordagem territorial nas políticas públicas brasileiras e a pobreza rural: um olhar a partir de estudos de caso. **Campo-território. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.**